



UMA EMPRESA



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar | Cep: 90010-001

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015 da Rio Grande Seguros e Previdência S.A., além dos respectivos pareceres dos Auditores Independentes e Comitê de Auditoria. Em agosto de 2015, a Companhia passou a operar com seguros de pessoas, por meio do acordo operacional de cosseguro com a Icatu Seguros S.A.. A Companhia é detentora da exclusividade da venda de seguros de pessoas e previdência no "Banco Banrisul". A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. assume o risco de 99% do total das vendas dos produtos. Somados a esta, tivemos também as operações do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT. O faturamento (*) da Companhia foi de R\$ 122,3 milhões e a soma dos resultados das operações de seguros e resseguros alcançou R\$ 38,2 milhões. As provisões técnicas de seguros somaram R\$ 72,5 milhões em 2015. A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 31,8 milhões no exercício de 2015. O patrimônio líquido atingiu R\$ 75,8 milhões em 31 de dezembro de 2015. Um aumento de capital de R\$ 22,5 milhões com a emissão de 631 ações ordinárias, está em aprovação na SUSEP. A empresa administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 521/2015. A Companhia mantém sólida posição financeira, com ativos livres da ordem de R\$ 33,2 milhões. A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. agradece aos seus acionistas e funcionários pela conquista desses resultados. Agradece também aos clientes pela preferência e confiança e à SUSEP pelo apoio. Porto Alegre, 24 de fevereiro de 2016. A Administração.

* Faturamento = prêmios emitidos líquidos + receita com resseguro

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31/12/2015 E 2014 (Em milhares de reais)			
	2015	2014	
ATIVO			
CIRCULANTE	133.450	54.650	
Disponível	457	318	
Aplicações Financeiras	105.662	53.591	
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	9.061	—	
Prêmios a Receber	8.983	—	
Operações com Seguradoras	78	—	
Outros Créditos Operacionais	13.299	573	
Ativos de Resseguro e Retrocessão - Prov. Técnicas	593	—	
Títulos e Créditos a Receber	105	168	
Títulos e Créditos a Receber	—	51	
Créditos Tributários e Previdenciários	105	117	
Despesas Antecipadas	2	—	
Administrativas	—	—	
Custos de Aquisição Diferidos	4.271	—	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.840	1.887	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	23.368	1.590	
Títulos e Créditos a Receber	19.655	1.590	
Créditos Tributários e Previdenciários	17.067	—	
Depósitos Judiciais e Fiscais	2.588	1.590	
Custos de Aquisição Diferidos	3.713	—	
Seguros	3.713	—	
Investimentos	176	164	
Imobilizado	221	74	
Intangível	75	59	
TOTAL DO ATIVO	157.290	56.537	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)						
	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	58.052	8.000	—	—	(44.500)	21.552
Aumento de Capital	8.000	(8.000)	—	—	—	—
Prejuízo do Exercício	—	—	—	—	(62)	(62)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	66.052	—	—	—	(44.562)	21.490
Redução de Capital para absorção de Prejuízos Acumulados	(43.334)	—	—	—	43.334	—
Aumento de Capital em Aprovação	—	22.478	—	—	—	22.478
Lucro Líquido do Exercício	—	—	—	—	31.806	31.806
Constituição de Reserva Legal	—	—	1.528	—	(1.528)	—
Constituição de Reserva Estatutária	—	—	—	—	29.050	(29.050)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	22.718	22.478	1.528	—	29.050	75.774
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL. A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163 6º andar, Centro, CEP: 90010-001 na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, autorizada a operar em todas as Unidades da Federação no ramo de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, bem como no seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., e uma controlada indireta da Icatu Seguros S.A. e uma controlada em última instância pela Icatu Holding S.A.. A partir do segundo semestre de 2015, a Companhia passou a operar com seguros de pessoas, por meio do acordo operacional de cosseguro com a Icatu Seguros S.A.. A Companhia é detentora da exclusividade de venda dos produtos de seguros de pessoas e previdência subscritos pela Icatu Seguros através dos canais de comercialização do Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banco Banrisul"). Nessas operações a Companhia assume 99% dos riscos cobertos pelas apólices de seguro. A operacionalização do acordo de cosseguro referido no parágrafo anterior afetou a natureza e o volume de operações da Companhia. Assim, esse fato deve ser levado em consideração na análise das presentes demonstrações financeiras e na sua comparação com saldos e valores do exercício anterior. **2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.** **2.1 Base de Preparação.** As Demonstrações Financeiras ("Demonstrações") foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/2015 e as alterações previstas na Circular SUSEP nº 521/2015, normas do CNSP e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo CPC quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". Estas Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2016. **2.2 Base de Mensuração.** Os ativos e passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado". A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade. Quando não é possível identificar tais prazos são classificados de acordo com o estudo baseado em estudo técnico. **2.3 Moeda Funcional e de Apresentação.** Os itens incluídos nas Demonstrações são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.4 Uso de Estimativas.** A preparação das Demonstrações requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como sua divulgação. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, à realização dos créditos tributários ao registro dos passivos relacionados a sinistros, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da provisão para perdas sobre créditos e outros ativos e às provisões técnicas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes podem diferir dessas estimativas. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que por ventura surjam é efetuado no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: - Redução ao Valor Recuperável (vide nota 3.1.c); - Provisões Técnicas (vide nota 3.6 e 11); - Aplicações Financeiras (vide nota 5); - Créditos Tributários e Previdenciários (vide nota 9) e - Provisões Judiciais (vide nota 3.7 e 15.1). **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios sociais apresentados nas Demonstrações. **3.1 Instrumentos Financeiros. a) Caixa e Equivalentes de Caixa - Disponível.** Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros. **b) Instrumentos Financeiros não derivativos. Ativos Financeiros.** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. (I) Mensurados ao valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ou títulos designado como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado; e (II) Empréstimos e recebíveis - São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações com Seguros, Resseguros e demais contas a receber. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescido de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **c) Redução ao Valor Recuperável.** (I) Ativos Financeiros - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável; e (II) Ativos não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o

valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo. **3.2 Investimentos.** A participação acionária na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. é contabilizada ao custo de aquisição. **3.3 Imobilizado.** Está contabilizado ao custo e a depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios - 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em "Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes", na demonstração do resultado. **3.4 Intangível.** Está contabilizado ao custo e é constituído, basicamente, de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a.. **3.5 Resultado.** Os prêmios de cosseguro, suas comissões, despesas administrativas e operacionais são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas, ou à vigência do risco para os casos em que o risco se inicia antes da sua emissão e apropriados em bases lineares no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de provisão para prêmio não ganho e dos custos de aquisição diferidos. São contabilizadas, também, as receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos) relativos aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas. As operações do Consórcio DPVAT são contabilizadas com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder") na proporção do percentual de participação da Companhia. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e somente repassados à Companhia pelo seu valor líquido no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal. **3.6 Provisões técnicas.** São constituídas conforme a metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial do plano aprovado ou elaborada especificamente para a provisão, conforme previsto na Resolução CNSP nº 321/2015 e de acordo com as características dos respectivos planos. No passivo circulante e não circulante foram classificadas as provisões brutas de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas base, foram classificadas no passivo não circulante. No ativo circulante foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro, obtidas por meio da diferença entre as provisões brutas e aquelas calculadas com prêmios e/ou sinistros deduzidos das operações de resseguro. A composição das provisões técnicas de seguros de pessoas é composta da seguinte forma: **3.6.1 Provisão de Sinistros a Liquidar.** Correspondem ao valor total dos sinistros de cosseguro aceito, brutos de resseguros a recuperar, com base nos avisos de sinistros cadastrados até a data das Demonstrações e ainda pendentes de regularização. A baixa das provisões técnicas ocorre pelo seu efetivo pagamento. Os valores de sinistros a recuperar, correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros ainda não pagos. **3.6.2 Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados.** Constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações. A metodologia de cálculo utilizada é a Sinistralidade Esperada. Para a base de estudo utilizou-se a experiência de sinistros observados e prêmio ganho da carteira cossegurada, dado que a experiência da carteira é conhecida pela seguradora líder. O cálculo é pautado na expectativa de sinistros deduzida dos sinistros realizados. **3.6.3 Provisão de Prêmios não Ganhos.** Constituída pela parcela de prêmios emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência do risco para riscos vigentes emitidos, considerando ainda uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios, dado que o comportamento da operação é conhecido pela seguradora líder. **3.7 Provisões Judiciais.** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objeto de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC 25 e levam em consideração à avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, consultores externos e da Administração em relação às probabilidades de desfecho desfavorável no julgamento final dos processos judiciais. As provisões constituídas para fazer face às perdas decorrentes de ações judiciais de natureza cível e fiscal, objeto de contestação judicial, são contabilizadas com base na probabilidade de saída de recursos para liquidação das obrigações. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das provisões de natureza cível e fiscal cuja probabilidade de perda é considerada provável. As mesmas encontram-se contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no Passivo não Circulante. As obrigações fiscais e previdenciárias estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC. Os valores estimados de perda prováveis das provisões cíveis são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR para os depósitos judiciais e cíveis. **3.8 Impostos e Contribuições.** **3.8.1 Impostos Correntes.** A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15% e mais 5% a partir de setembro de 2015. **3.8.2 Impostos Diferidos.** São constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2015	2014
Prêmios Emitidos	122.190	29.559
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios	(14.510)	(245)
Prêmios Ganhos	107.680	29.314
Receita com Emissão de Apólices	1.865	1.694
Sinistros Ocorridos	(45.848)	(25.588)
Custos de Aquisição	(23.583)	(420)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(1.768)	(3.823)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS	38.346	1.177
Receita com Resseguro	91	—
Despesa com Resseguro	(223)	—
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO	(132)	—
Despesas Administrativas	(15.707)	(1.670)
Despesas com Tributos	(4.890)	(996)
Resultado Financeiro	3.024	2.238
Resultado Patrimonial	5	3
RESULTADO OPERACIONAL	20.466	752
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	2	3
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	20.648	755
Imposto de Renda	6.269	(442)
Contribuição Social	4.889	(375)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	31.806	(62)
Quantidade de Ações	1.567	936
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação - R\$	20.297,38	(66,24)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	2015	2014
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) do Exercício	31.806	(62)
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	(42)	25
Perda (ganho) na alienação de imobilizado intangível	(2)	(4)
Outros ajustes	216	—
Provisões técnicas	31.832	—
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(52.072)	(7.667)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(9.061)	—
Ativos de resseguro	(593)	—
Créditos fiscais e previdenciários	(17.055)	202
Depósitos judiciais e fiscais	(999)	(454)
Despesas antecipadas	(2)	—
Custos de aquisição diferidos	(7.984)	—
Outros ativos	(12.597)	1.676
Impostos e contribuições	2.376	692
Outras contas a pagar	1.091	508
Débitos de operações com seguros e resseguros	3.386	(153)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	7.824	4.337
Provisões judiciais	1	1
Outros passivos	139	17
Caixa Consumido pelas Operações	(21.736)	(882)
Impostos sobre o lucro pagos	(395)	(716)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades Operacionais	(22.131)	(1.598)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos	—	(29)
Imobilizado e Intangível	(208)	(55)
Caixa Líquido (Consumido) nas Atividades de Investimento	(208)	(84)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital	22.478	—
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	22.478	—
Aumento (Redução) Líquido de caixa no Exercício	139	(1.682)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	318	2.000
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	457	318
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

das Demonstrações sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, ajustadas pelo valor da provisão para não realização, quando aplicável. A Companhia realizou o cálculo segregando as provisões que serão realizadas até 31/12/2018 aplicando a alíquota de 20%, e as demais provisões cujo o vencimento será após 31/12/2018 foi aplicado alíquota de 15%. **4. GESTÃO DE RISCO.** O processo de avaliação de riscos se baseia em identificar e considerar as implicações e relevância dos riscos envolvidos no âmbito da Companhia, ou seja, nos seus negócios e nos processos que lhes dão suporte. A Companhia considera, a dimensão e complexidade de suas operações, bem como fatores externos e internos que possam afetar o cumprimento adequado dos seus objetivos. **4.1 Responsabilidades pela Gestão de Riscos.** A Gestão de Riscos tem o suporte dos Diretores Executivos e do Conselho de Administração, com o apoio e avaliação de diversas áreas, dentre as quais as de Compliance e Controles Internos, assegurando o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações publicadas. Os responsáveis pelo gerenciamento de riscos têm a atribuição de, periodicamente, rever as estratégias dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para tais riscos. **4.2 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos.** A formulação e revisão das políticas de controles internos tem por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo COSO - Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. **4.3 Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos.** **4.3.1 Principais riscos associados a instrumentos financeiros.** **4.3.1.1 Risco de Crédito.** Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros. Baseia-se, principalmente sobre aqueles relativos às aplicações financeiras. Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos por meio da Política e Investimentos da Companhia. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou cotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Um dos itens que integram as análises é o rating atribuído por agências externas de classificação de riscos. Em moeda local, o risco soberano do Governo brasileiro representa o menor nível de risco de crédito - nota AAA, e está relacionado às emissões locais denominadas em reais de títulos públicos federais. O volume das aplicações em créditos privados, classificados no nível 2 conforme definido na nota 5.1, com exceção das cotas de fundos não exclusivos, estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências de rating: Standard and Poor's, Fitch e Moody's. Sempre considerando a classificação mais conservadora. A companhia possui título de risco de crédito e está alocado no rating AAA em R\$ 41 em 31/12/2015 (R\$ 46 em 31/12/2014). **4.3.1.2 Risco de Mercado.** Constante potencial que a carteira de títulos tem de sofrer perdas devido a flutuações nos fatores de risco dos ativos. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do VaR (Value at Risk) paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de stress para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal, com informações sobre o VaR e nível de stress da carteira. Os riscos associados a essas estratégias são mensurados através do sistema de controle de risco Accenture Risk Control, além do controle de risco desempenhado pelos administradores fiduciários dos fundos. A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração: (I) O VaR paramétrico; perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 dia, estimado com nível de confiança de 95%, volatilidade EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) janela de 300 dias e lambda de 0,94. (II) DV01 (dollar-value for one basis-point): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de uma *basis-point* (0,01%) nas taxas de juros a qual sua remuneração está associada. No quadro abaixo apresentamos: - A perda esperada em um dia com 95% de confiança através da metodologia VaR paramétrico; - A perda com a oscilação de um *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.



UMA EMPRESA

Barrisul Icatu SEGUROS

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar | Cep: 90010-001

Fatores de Riscos (Em Reais)	31/12/2015			31/12/2014		
	DV-01	VAR	Exposição	DV-01	VAR	Exposição
Préfixado - DI	2	284	103.455	17	8	53.591
IPCA	-	11	2.207	-	-	-
Total	2	295	105.662	17	8	53.591

4.3.1.3 Risco de Liquidez - No âmbito dos ativos financeiros, a gestão de liquidez tem como objetivo monitorar os prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos da Companhia. Tal gestão também está incluída no âmbito de clientes, está na gestão de inadimplência dos clientes de apólices de seguro de vida e títulos recebíveis referentes às atividades de resseguro e cosseguro. Para ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando o Modelo de Miller-Orr adaptado às características da Companhia. A liquidez de longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (ALM - Assets and Liabilities Management) conforme premissas definidas na Política de Investimentos e aprovadas em Comitê de Investimentos interno. As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de seguros detidos pela Companhia classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos / Passivos Financeiros e Seguros	31/12/2015			31/12/2014		
	Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Ativos	119.776	80	114	2.068	7.034	129.072
Caixa e Bancos	457	-	-	-	-	457
Aplicações	96.794	-	-	1.907	6.961	105.662
Créditos das Operações	22.360	-	-	-	-	22.360
Ativos de Resseguros	-	-	-	-	-	-
- Provisões Técnicas	165	80	114	161	73	593
Passivos	61.718	6.186	6.409	4.887	2.292	81.492
Contas a pagar	5.458	-	-	-	-	5.458
Provisões Técnicas	52.749	6.186	6.409	4.887	2.292	72.523
Débitos das operações	3.511	-	-	-	-	3.511

4.3.2 Risco Operacional - Inclui Risco Operacional, Legal, de Fraude e Compliance. A gestão do Risco Operacional se concentra essencialmente na manutenção da matriz de riscos operacionais, que permite à Companhia mapear e acompanhar o comportamento dos riscos aos quais as atividades e negócios estão sujeitos. A matriz é periodicamente revisada, visando sua constante atualização e todas essas atividades são realizadas em conjunto com as áreas executoras. Cada risco e controle trazem informações qualitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com os níveis de exposição, informando ainda o tipo de risco. O processo de gestão desses riscos obedece a ciclos temporais, os quais incluem as seguintes etapas abaixo: Identificação - Consiste em identificar os riscos inerentes às atividades da Companhia, contemplando a avaliação

Nível 2	31/12/2015			31/12/2014		
	Vencimento	Valor Contábil/Valor de Mercado	% Rentabilidade	Valor Contábil/Valor de Mercado	% Rentabilidade	
Letras Financeiras do Tesouro						
De 1 a 5 anos	8.827	8,35%	SELIC	1.647	3,07%	SELIC
Acima de 5 anos	1.569	2,93%	SELIC	50.329	93,91%	SELIC
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	96.794	91,61%		46	0,09%	CDI
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB	41	0,04%	90% do CDI			
Categoria I - Valor justo por meio de resultado	105.662	100,00%		53.591	100,00%	
Total	105.662	100,00%		53.591	100,00%	

Saldo em 31/12/2013	Valor Justo por meio do Resultado		31/12/2015	31/12/2014
	Aplicações	Resgates		
45.924	18.426	16.125	11.475	11.475
18.426	(16.125)	5.366	6.887	2.176
53.591	53.591	53.591	53.591	53.591
68.996	(24.517)	7.592	(18.362)	(18.362)
105.662	105.662	105.662	105.662	105.662

6. PRÊMIOS A RECEBER. São estimativas de prêmios (RVNE) da operação de cosseguro, iniciada no segundo semestre de 2015. O saldo de R\$ 8.983 apresenta a seguinte composição por ramo: Prestamista R\$ 8.622 e Vida em grupo R\$ 361. **7. OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS.** Outros créditos operacionais estão classificados no ativo circulante e são compostos pelos valores a receber da líder Icatu Seguros, referentes aos valores de prêmios cobrados, deduzidos dos custos de aquisição, despesas administrativas e sinistros pagos no período, na operação de cosseguro, iniciada no segundo semestre de 2015, no valor de R\$ 12.635 em 31/12/2015. Os valores são apurados mensalmente e liquidados nos meses subsequentes. Ainda fazem parte desta rubrica, os valores a receber do consórcio DPVAT, sendo R\$ 664 em 31/12/2015 (R\$ 573 em 31/12/2014). **8. ATIVOS E PASSIVOS DE RESSEGUROS.** 8.1 Ativos de Resseguros. Os ativos de resseguros das provisões técnicas de responsabilidades dos resseguradores são compostos por: Provisão de prêmios não ganhos R\$ 501; Provisão de sinistros a liquidar R\$ 30 e IBNR R\$ 62. 8.2 Operações com resseguradoras. São prêmios cedidos a resseguradoras, apresentando a seguinte composição: Austral Re R\$ 270, IRB Brasil Resseguros R\$ 162, Hannover Re R\$ 106 e Scor Brasil Re R\$ 2. IRB Brasil Resseguros (A-) tem o seu rating classificado pela agência A.M. Best. Austral (BRAA-), Hannover (AA-) e Scor Brasil (AA-), pela Standard e Poor's. **9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS.** Os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis anualmente, até o limite de 30% dos lucros tributáveis, sendo ambos imprescritíveis. Estudos elaborados pela Administração indica a apuração de lucros tributáveis nos próximos 5 anos. Em função disso a provisão para perda do crédito tributário foi revertida. (Vide Nota 3.8.2). O ano de formação do prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social:

	Prejuízo Fiscal	Base Negativa
Até 2001	2.053	2.061
2002	9.278	9.279
2003	7.413	7.413
2004	14.494	14.494
2005	3.914	3.914
Saldo	37.152	37.161

Os créditos tributários são compostos da seguinte forma:

	31/12/2015	31/12/2014
Circulante	105	117
Impostos a Recuperar	105	117
Imposto de Renda	105	117
Total Circulante	105	117

Provisões Técnicas - Seguros*	Saldo em 31/12/2013			Saldo em 31/12/2014			Saldo em 31/12/2015		
	Constituições	Amortizações	Atualizações	Constituições	Amortizações	Atualizações	Constituições	Amortizações	Atualizações
Circulante	28.314	19.572	(18.681)	3.446	32.651	53.332	(25.593)	4.948	65.338
Prêmios não Ganhos	-	-	-	-	-	5.643	(56)	-	5.587
Prêmios não Ganhos - RVNE	-	-	-	-	-	7.418	(2.898)	-	4.520
Sinistro a Liquidar	15.462	6.505	(7.558)	1.501	15.910	8.403	(4.650)	1.914	21.577
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	12.726	12.572	(10.853)	1.905	16.350	31.598	(17.572)	2.982	33.358
Provisão de Despesas Relacionadas	126	495	(270)	40	391	270	(417)	52	296
Não Circulante	3.942	(1.536)	2.406	8.721	(1.539)	3	3	7.185	7.185
Prêmios não Ganhos	4.364	-	4.364	-	-	-	-	-	-
Sinistro a Liquidar	415	(3)	415	-	-	-	-	-	-
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos de Aquisição	8.721	(1.539)	7.185	8.721	(1.539)	7.185	8.721	(1.539)	7.185
Diferidos - Seguros	5.542	(1.271)	4.271	4.301	(588)	3.713	9.843	(1.859)	7.984
Total	37.152	37.161	37.161	37.152	37.161	37.161	37.152	37.161	37.161

(*) Com DPVAT.

12. Teste de Adequação de Passivos. A Companhia elabora semestralmente um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação a melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros por ela emitidos. Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, em 31/12/2015, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste somente até a data da renovação destes contratos.

dos processos. Mensuração - Consiste em obter informações que permitam a mensuração de acordo com os níveis de exposição (alto, baixo ou médio) baseado na ponderação entre o impacto x frequência e aspectos subjetivos identificados. Redução - Representa as medidas tomadas pela Companhia para redução de riscos através de ações que minimizem o impacto no caso de ocorrências adversas. Contempla também a verificação da efetividade dos controles internos. Acompanhamento - A Companhia monitora as ações de melhoria apontadas, de forma a garantir que serão implementadas. Comunicação - Contempla todas as atividades voltadas à divulgação de informações sobre riscos e controles comunicados tempestivamente e permeados por toda a Companhia. As áreas têm a responsabilidade de manter histórico e registrar todas as ocorrências de Riscos Operacionais e devidamente reportá-las aos equipes de supervisão, conforme política vigente. Para os Riscos de Compliance, que são aqueles que envolvem o não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia avalia e monitora as exposições aplicáveis e as aponta através de emissão de pareceres. Todas as consultas e acompanhamento são executados conforme os normativos vigentes e aplicáveis. Os Riscos de Fraude são controlados conforme exigência das leis que coibam práticas fraudulentas e de lavagem de dinheiro. Na esfera de Risco Legal, o departamento jurídico da Companhia realiza a análise de contratos corporativos, avalia demandas internas e participa da formação de novos produtos a serem lançados pela Companhia. Todos os posicionamentos da área são documentados em pareceres técnicos. Todos os relatórios e monitoramentos listados acima são devidamente reportados a Alta Administração, que tem a responsabilidade de orientar quanto às tratativas de riscos. **4.3.3 Risco de Subscrição** - A área de Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na conquista e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia garantindo assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Nossa política de aceitação visa selecionar de forma criteriosa os proponentes dos nossos seguros, aplicando regras e diretrizes determinadas por nossa área atuarial e mediante análises médicas e econômicas capazes de determinar aceitação ou não das propostas. Controlando o Risco de Subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis. **4.3.4 Risco por Região e Ramo - Seguros.** A Companhia tem suas operações de cosseguro concentradas no sudeste, Prêmios Ganhos R\$ 81.729 e os Prêmios Ganhos relacionados ao Convênio DPVAT R\$ 25.951.5. **APLICAÇÕES FINANCEIRAS.** As exposições máximas ao risco de crédito, bem como os riscos de mercado e de liquidez a que os ativos financeiros da Companhia estão expostos, estão descritos na nota 4.3. **5.1 Composição das Aplicações Financeiras.** Os ativos mantidos em carteira administrada própria são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela ANBIMA e pela BM&FBOVESPA. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo classificados no Nível 2. * Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). A composição e os vencimentos das aplicações financeiras (com exceção das cotas de fundos) são classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo conforme segue:

Nível 2	31/12/2015			31/12/2014		
	Vencimento	Valor Contábil/Valor de Mercado	% Rentabilidade	Valor Contábil/Valor de Mercado	% Rentabilidade	
De 1 a 5 anos	8.827	8,35%	SELIC	1.647	3,07%	SELIC
Acima de 5 anos	1.569	2,93%	SELIC	50.329	93,91%	SELIC
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	96.794	91,61%		46	0,09%	CDI
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB	41	0,04%	90% do CDI			
Categoria I - Valor justo por meio de resultado	105.662	100,00%		53.591	100,00%	
Total	105.662	100,00%		53.591	100,00%	

Saldo em 31/12/2013	Valor Justo por meio do Resultado		31/12/2015	31/12/2014
	Aplicações	Resgates		
45.924	18.426	16.125	11.475	11.475
18.426	(16.125)	5.366	6.887	2.176
53.591	53.591	53.591	53.591	53.591
68.996	(24.517)	7.592	(18.362)	(18.362)
105.662	105.662	105.662	105.662	105.662

14. CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS. São comissões sobre as estimativas de prêmios de cosseguro (RVNE) da operação iniciada no segundo semestre de 2015 com um saldo de R\$ 2.777 e apresenta a seguinte composição por ramo: Prestamistas R\$ 2.714 e Vida em Grupo R\$ 63. **15. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS.** 15.1 PROVISÕES JUDICIAIS. A Companhia é parte em processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referente às causas fiscais e cíveis. A Companhia adota o procedimento de provisionar a totalidade das contingências cuja probabilidade de perda foi considerada provável. Em causas cíveis, existem 3 processos, sendo 2 com probabilidade remota e 1 com probabilidade possível. Em causas fiscais, existem 8 processos, sendo 7 processos com probabilidade possível, cujo valor estimado do risco é de R\$ 905 (R\$ 261 em 2014) e 1 processo com probabilidade provável, cujo valor provisionado e estimado do risco é de R\$ 24 (R\$ 24 em 2014). **15.2 OBRIGAÇÕES FISCAIS.** As obrigações fiscais registradas no Passivo Não Circulante, na rubrica "Outras Contas a Pagar", são compostas como segue:

Contribuição social	Atualização Mo-netária		Atualização Mo-netária		Saldo em 31/12/2015
	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	
461	113	45	619	1.156	73
COFINS	728	229	70	1.027	70
PIS	118	37	11	166	11
Total	1.307	379	126	1.812	193
					3.242

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais, oriundos de obrigações legais:

TESE	Probabilidade de Perda	Fase Processual	Depósito Judicial		Provisão	
			31/12/15	31/12/14	31/12/15	31/12/14
CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015.	Possível	Lei nº 11.727/2008 - Recurso Extraordinário no STF e Lei nº 13.169/2015 - 1ª instância.	R\$ 1.540	R\$ 646	R\$ 1.848	R\$ 619
PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.	Possível	Alargamento da base - Interposto Recurso Especial e Recurso Extraordinário; Ativo garantidor - 2ª instância e Ativo livre - 1ª instância.	R\$ 304, R\$ 261 e R\$ 43 PIS	R\$ 247, R\$ 213 e R\$ 34 PIS	R\$ 1.394, R\$ 1.199 e R\$ 195 PIS	R\$ 1.194, R\$ 1.027 e R\$ 167 PIS
CPMF - Sobre o valor da transferência da quota FIE/FIFE que integra a transferência da carteira da Canadá Life.	Possível	Aguardando julgamento da apelação.	R\$ 627	R\$ 588	-	-

15.3 DEPÓSITOS JUDICIAIS. Os depósitos judiciais relativos às Obrigações Fiscais são registrados no Ativo Não Circulante e são compostos como segue:

Contribuição social	Atualização Mo-netária		Atualização Mo-netária		Saldo em 31/12/2015
	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	
481	119	46	646	815	78
COFINS	5	144	63	212	30
PIS	-	24	11	35	2
CPMF	555	-	33	588	-
Outros	95	-	14	109	-
Total	1.136	287	167	1.590	227
					79
					2.588

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO. 16.1 Capital Social. Em 31 de dezembro de 2014 o capital subscrito e integralizado da Companhia era representado por 936 ações sem valor nominal, sendo 468 ações ordinárias e 468 ações preferenciais. Em 10 de agosto de 2015 em Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias e a redução do capital social para absorção de prejuízos acumulados. Essas deliberações foram aprovadas pela portaria SUSEP Nº 6.406 de 4 de dezembro de 2015. Na Assembleia realizada em 22 de dezembro de 2015 foi aprovado aumento de capital com a emissão de 631 ações ordinárias, totalmente subscritas e integralizadas, em aprovação da SUSEP na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2015 o capital subscrito e integralizado é representado por 1.567 ações ordinárias. A Administração, com base na prerrogativa indicada pelo Estatuto Social, propôs a retenção integral dos lucros do exercício, propondo sua destinação à Reservas de Lucros. **17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL REQUERIDO.** Calculado conforme a Resolução CNSP nº 321/15.

Patrimônio Líquido	31/12/2015	31/12/2014
	Participação em sociedades financeiras e não financeiras - Nacionais	(176)
Despesas Antecipadas	(2)	-
Créditos Tributários - Prejuízos Fiscais	(16.720)	-
Ativos Intangíveis	(75)	(59)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	58.801	21.267
Capital Base (CB)	15.000	15.000
Capital de Risco de Crédito	3.784	2.132
Capital de Risco de Subscrição	14.222	-
Capital de Risco - Redução por correlação	(1.562)	-
Capital de Risco - Operacional	593	196
Capital de Risco (CR)	17.037	2.328
Capital Mínimo Requerido (MAX (CB, CR)) = CMR	17.037	15.000
Suficiência	41.764	6.267
Razão PLA/CMR	3,45	1,42

18. PARTES RELACIONADAS. As principais transações com partes relacionadas seguem abaixo:

Ativo	31/12/2015	31/12/2014
	Contas a Receber	13.348
Icatu Seguros S.A. [c]	12.684	-
Icatu Capitalização S.A. (Colig		



UMA EMPRESA



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar | Cep: 90010-001

19. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO. Os principais ramos de atuação estão assim compostos:

Ramo	31/12/2015			31/12/2014		
	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissio-namento	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissio-namento
Vida	37.215	23,0%	23,6%	-	-	-
Prestamistas	31.590	26,6%	36,4%	-	-	-
DPVAT	32.110	86,7%	1,4%	29.314	87,3%	1,4%
Acidentes						
Pessoais	6.610	15,9%	42,7%	-	-	-
Outros	155	0,6%	11,0%	-	-	-
Total	107.680	42,6%	21,9%	29.314	87,3%	1,4%

2015 - Início da operação de Cosseguro

20. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.

	31/12/2015	31/12/2014
Sinistros Ocorridos	(45.848)	(25.588)
Indenizações Avisadas	(8.325)	-
Indenizações Avisadas de Consórcios e Fundos	(18.598)	(21.432)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	(12.341)	2.210
Despesas com Sinistros	(6.584)	(6.366)
Custos de Aquisição	(23.583)	(420)
Comissões - DPVAT	(454)	(420)
Comissões - Cosseguro Aceito	(23.129)	-
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(1.768)	(3.823)
Despesas com Cobrança DPVAT	(2.354)	(2.130)
Outras Receitas(Despesas) Operacionais	586	(1.693)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Presidente: Luiz Gonzaga Veras Mota. **Conselheiros:** Alexandre Petrone Vilardi, Carlos Antônio Burigo, Luciano Snel Corrêa.

DIRETORIA: Diretor Presidente: Cesar Luiz Salazar Saut. **Diretores:** Suzana Flores Coço, Marcio de Moraes Palmeira.

Contador: Carlos Alberto dos Santos Corrêa - CRC-RJ nº 52.009/O-5. **Atuário:** Luciana da Silva Bastos - MIBA nº 1064.

	31/12/2015	31/12/2014
Despesas Administrativas	(15.707)	(1.670)
Pessoal Próprio	(16)	(17)
Serviços de Terceiros	(13.108)	(49)
Localização e Funcionamento	(857)	(2)
Publicidade e Propaganda	-	(14)
Convênio DPVAT	(1.548)	(1.325)
Outras Despesas Administrativas	(178)	(263)
Despesas com Tributos	(4.890)	(996)
Impostos	(14)	-
COFINS	(4.022)	(712)
PIS	(654)	(116)
Taxa de Fiscalização	(146)	(123)
Outras Despesas com Tributos	(54)	(45)
Resultado Financeiro	3.024	2.238
Receitas Financeiras	8.008	5.713
Títulos de Renda Fixa Públicos	555	226
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivo	2.391	1.717
Títulos de Renda Fixa Privados	5	-
Receitas Financeiras do Convênio DPVAT	4.875	3.447
Outras Receitas Financeiras	182	323
Despesas Financeiras	(4.984)	(3.475)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros	(4.916)	(3.457)
Outras Despesas Financeiras	(68)	(18)

21. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2015		31/12/2014		
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	
Resultado antes dos Impostos e Participações	20.648	20.648	755	755	
Resultado antes dos Impostos	20.648	20.648	755	755	
Adições	1.004	1.004	2.698	2.698	
Doações e Patrocínios Indedutíveis	110	110	14	14	
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	24	24	24	24	
Outras Provisões	670	670	2.311	2.311	
Tributos e Contribuições com Exigibilidade					
Suspensa	200	200	349	349	
Exclusões	(2.488)	(2.488)	(753)	(753)	
Doações e Patrocínios Indedutíveis	-	-	(2)	(2)	
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(24)	(24)	(23)	(23)	
Outras Provisões	(2.311)	(2.311)	(558)	(558)	
Tributos e Contribuições em Questionamento					
Judicial	(148)	(148)	(167)	(167)	
Dividendos Recebidos	(5)	(5)	(3)	(3)	
Resultado Ajustado	19.164	19.164	2.700	2.700	
Compensação Prej. Fiscal / Base Negativa	(5.750)	(5.750)	(810)	(810)	
Lucro após as Compensações	13.414	13.414	1.890	1.890	
15% + 15% + 15%	10%	5%	10%	15%	
Alíquotas Oficiais (*)	Despesas/Constituição/Reversão com IRPJ/CSLL	(3.330)	(2.604)	(448)	(283)
Incentivos Fiscais	98	-	17	-	
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	9.501	7.566	(11)	(47)	
Atualização Processo Judicial CSLL	-	(73)	-	(45)	
Despesas com IRPJ/CSLL	6.269	4.889	(442)	(375)	
Alíquota Efetiva	30,4%	23,7%	58,5%	49,7%	

*A alíquota da CSLL era de 15% até ago/2015 e passou para 20% a partir de set/2015

22. COMITÊ DE AUDITORIA. Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/2015, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pela Icatu Seguros S.A. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31/12/2015 da Icatu Seguros S.A..

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. - Porto Alegre - RS.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras individuais: A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos**

auditores independentes: Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma

auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2016. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ. Fernando Antonio Rodrigues Alfredo - Contador CRC 1SP252419/O-0.

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. - Porto Alegre - RS.

Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2015, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Sociedade e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos

valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção acima referidos da Rio Grande Seguros e Previdência em 31 de dezembro de 2015 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos quadros estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2016. KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. - CIBA 48. Joel Garcia - Atuário MIBA 1131.

Anexo I Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Em milhares de Reais)

	31/12/2015
1. Provisões Técnicas e Ativos de Resseguro	31.836
Total de provisões técnicas auditadas	31.836
Provisões técnicas relativas ao seguro DPVAT - Não auditadas (*)	40.687
Total de provisões técnicas	72.523
Total de ativos de resseguro	593
(*) Conforme Resolução CNSP 321/2015, Artigo 110, § 1º. Para o seguro DPVAT, a contratação da auditoria atuarial independente é de exclusiva responsabilidade da sociedade seguradora administradora dos consórcios.	
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas	31/12/2015
Provisões Técnicas (a)	31.836
Valores redutores (b)	92
Total a ser coberto (a-b)	31.744
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2015
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (b)	17.037
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	17.037
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2015
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	58.801
Exigência de Capital (CMR) (b)	17.037
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	41.764
Ativos Garantidores (d)	105.662
Total a ser Coberto (e)	72.431
Suficiência / (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	33.231
Ativos Líquidos (g)	33.231
Capital de Risco (CR) (h)	17.037
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	195%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2015
0990	400
0977; 0982; 0984; 0993; 1061; 1198; 1381; 1391	1.120

1598979

ANÚNCIO INSTITUCIONAL